

X LEGISLATURA
ACTA Nº 105/X/4ª SL

Aos dezassete dias do mês de Março de 2009, pelas 15h00, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR), na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente da Comissão, Sr. Deputado Rui Vieira, iniciou os trabalhos, tendo como Ordem do Dia os seguintes pontos:

1. **Audição do Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**
2. Apreciação e votação da acta n.º 104 (11 de Março).
3. Discussão do **Projecto de Resolução n.º 275/X/3 - "Pela elaboração e concretização de um plano integrado de desenvolvimento para o distrito da Guarda"** (PCP).
4. Discussão do **Projecto de Resolução n.º 257/X/3 - "Por medidas Agro-ambientais ajustadas à agricultura e aos agricultores portugueses."** (PCP).
5. Apreciação e votação do **Requerimento do PCP - Solicita audição urgente e específica do Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas sobre a Fileira do Azeite/Olivicultura.**
6. Apreciação e votação do **Requerimento do PCP - Solicita audição do Sr. Ministro da Economia e da Inovação sobre a situação da Tyco Electronics.**
7. Apreciação e votação do **Relatório Intercalar referente à Petição 510/X/3ª - "Reconversão do Dormitório do Mosteiro de São João de Tarouca em Unidade Hoteleira."** Relatora: Dep. Rosário Águas (PSD).
8. Apreciação do **ofício do Grupo de Trabalho - Sector Têxtil e Vestuário.**
9. **Outros assuntos:**
 - Expediente
 - Informações

No ponto 1 da Ordem do Dia, referente à **Audição do Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR)**, o Sr. Presidente deu as boas-vindas ao Sr. Ministro e deu conta de documentação distribuída pelos Srs. Deputados, relativa ao Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos. De seguida, tratando-se de uma audição regimentalmente prevista, deu a palavra ao Sr. Ministro, que efectuou uma intervenção inicial sobre o QREN¹.

O Sr. Presidente agradeceu ao Sr. Ministro a intervenção efectuada e deu a palavra aos Grupos Parlamentares.

Começou por usar da palavra a Sra. Deputada Alda Macedo, com o consenso dos restantes Grupos Parlamentares, tendo colocado questões sobre as candidaturas e execução do QREN, nomeadamente ao nível regional, a quantificação do efeito de difusão de vários projectos nas regiões de convergência, o processo de avaliação intermédia e os valores apresentados. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Carlos Poço, colocando questões sobre a execução do QCA III até ao final de 2008 e as possibilidades alternativas do Governo para recuperar montantes, a regra n+3, a execução do QREN na Agricultura, a não utilização de 850 milhões de euro em 2008 no sector agrícola, os

¹ A documentação distribuída faz parte do espólio da CAEIDR e pode ser consultada na respectiva página *Internet*.

programas de apoio às empresas e o risco de os fundos do QREN estarem a ser utilizados para reestruturação de dívidas do sector empresarial (e não como indutor de liquidez), os prazos de aprovação dos projectos e, ainda, a complexidade do sistema do QREN para as autarquias, nomeadamente ao nível das comunidades intermunicipais. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

Usou da palavra, igualmente, o Sr. Deputado Horácio Antunes, que agradeceu as informações prestadas pelo Sr. Ministro em matéria de implementação e evolução do QREN em Portugal. Realçou o papel desempenhado por programas em matérias de aprovação, como o Programa Novas Oportunidades, o Programa de Requalificação do Parque Escolar e o Programa de Estímulo às Empresas, bem como de Programas Operacionais e outros Programas. Deu, ainda, conta do papel das autarquias locais e das associações intermunicipais. Questionou o Sr. Ministro sobre medidas de combate à crise no contexto do QREN, os projectos de mobilidade transfronteiriça e, ainda, o ritmo de execução do QREN. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Agostinho Lopes, questionando o Sr. Ministro sobre a perda de fundos comunitários em diversos programas (nomeadamente no contexto da aplicação da regra n+2), o atraso na implementação do QREN, a demora registada nas contratualizações com as associações de municípios e o *timing* de execução financeira traduzida em fluxos financeiros para as autarquias, a adaptação do QREN à situação de crise, a localização dos fundos comunitários ao nível regional, o montante a investir em linhas de apoio às PME's, a não aprovação de algumas candidaturas, a articulação com o PNPOT e os PROT e, enfim, a reprovação de 7 candidaturas por parte da Universidade do Minho. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Helder Amaral começou por considerar que o QREN poderia ser um bom instrumento de resistência à crise, minimizado pelo atraso na sua implementação. Colocou, de seguida, questões sobre o número de empresas que apresentaram candidaturas, o número de projectos aprovados e que não estão em execução, consubstanciado pelo efeito da crise. Questionou, ainda, sobre a distinção entre empresas e autarquias, o mérito de cada projecto apresentado e o seu efeito potencial no desenvolvimento do território, na criação de emprego e de formação, o eventual aproveitamento de fundos remanescentes do QCA III, eventuais análises para potenciar os efeitos dos projectos apresentados, os Programas Operacionais com mais candidaturas, número de candidaturas apresentadas e número de candidaturas rejeitadas. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas, tendo usado igualmente da palavra o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

De seguida, o Sr. Presidente abriu uma segunda ronda de intervenções, dando a palavra aos Grupos Parlamentares.

O Sr. Deputado Carlos Poço questionou o Sr. Ministro sobre as características exigidas às empresas a quem poderão ser efectuadas as adjudicações relativamente à requalificação do Parque Escolar, tendo igualmente solicitado a disponibilização de uma lista de empresas a quem foram concedidos incentivos. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

De seguida, interveio a Sra. Deputada Rita Miguel, tendo colocado questões sobre o Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos, a adesão das entidades locais e o balanço de candidaturas ao Programa, a percepção das instituições e do tecido empresarial quanto ao Programa e o seu impacto em termos de combate às assimetrias regionais. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes questionou o Sr. Ministro sobre o custo previsível das linhas de crédito para as PME's, as alterações efectuadas ao QREN face à crise, o problema da zona de protecção total no contexto do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês, a exploração de

pedreiras no Parque Natural da Serra d’Aire e dos Candeeiros, o papel do Ministério do Ambiente quanto à possível localização do aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos em Barcelos, o tratamento de resíduos agrícolas e agro-industriais, o cadastro florestal e o seu planeamento financeiro, a central de compras e eventual devolução de fundos a Bruxelas e, ainda, a localização de uma empresa em Montemor-o-Novo. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas, tendo usado igualmente da palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

Interviu, igualmente, o Sr. Deputado Helder Amaral questionou o Sr. Ministro sobre a afectação de fundos do QCA III a programas com financiamento comunitário, a possibilidade de reapresentação de candidaturas no contexto da flexibilização do QREN, O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas, tendo intervindo, também, o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da CAEIDR agradeceu a presença e intervenções dos diferentes intervenientes e deu por terminada a audição do Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

No ponto 2 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação da acta n.º 104 (11 de Março)**, não havendo intervenções, a acta foi submetida a votação e aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do BE e do PEV.

Nos pontos 3 e 4 da Ordem do Dia, relativo à **Discussão do Projecto de Resolução n.º 275/X/3 – "Pela elaboração e concretização de um plano integrado de desenvolvimento para o distrito da Guarda" (PCP)** e do **Projecto de Resolução n.º 257/X/3 – "Por medidas Agro-ambientais ajustadas à agricultura e aos agricultores portugueses." (PCP)**, foi efectuada a sua discussão (*vide anexos – Informações*).

No ponto 5 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação do Requerimento do PCP – Solicita audição urgente e específica do Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas sobre a Fileira do Azeite/Olivicultura**, o Sr. Deputado Agostinho Lopes apresentou o Requerimento e as propostas dele constantes. O Sr. Deputado Jorge Almeida recordou a visita da Subcomissão de Agricultura, Florestas, Desenvolvimento Rural e Pescas (SCAFDRP) ao sector olivícola, tendo concordado com o teor do Requerimento e sugerido que o seu conteúdo fosse integrado na agenda da audição regimental com o Sr. Ministro, prevista para 22 de Abril. Por seu turno, o Sr. Deputado Carlos Poço subscreveu o conteúdo do Requerimento e propôs que a audição fosse feita com o Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas e em sede da SCAFDRP. Não havendo mais intervenções, o Requerimento foi submetido a votação, tendo sido rejeitado com os votos contra do PS e os votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e BE, registando-se a ausência do PEV. Foi consensual a proposta do Sr. Presidente de remeter o Requerimento ao Sr. Ministro para que este se pudesse preparar e dotar-se de elementos para a audição regimental.

No ponto 6 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação e votação do Requerimento do PCP – Solicita audição do Sr. Ministro da Economia e da Inovação sobre a situação da Tyco Electronics**, o Sr. Deputado Agostinho Lopes apresentou o Requerimento e a sua oportunidade. O Sr. Presidente recordou a audição regimental do Sr. Ministro da Economia e da Inovação agendada para 14 de Abril. O Sr. Deputado Jorge Seguro Sanches recordou, igualmente, o debate agendado para o Plenário para o dia 20 de Março, tendo apelado ao Sr. Deputado Agostinho Lopes a retirada do Requerimento. O Sr. Deputado Agostinho Lopes recordou a conjuntura difícil actual e a impossibilidade de agendar uma audição com o Sr. Ministro da Economia e da Inovação para abordar, unicamente, a situação difícil de diversas empresas. Não havendo mais intervenções, o Requerimento foi submetido a votação, tendo sido rejeitado com os votos contra do PS e os votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e BE, registando-se a ausência do PEV.

No ponto 7 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação do Relatório Intercalar referente à Petição 510/X/3^a - "Reconversão do Dormitório do Mosteiro de São João de Tarouca em Unidade Hoteleira**, o Sr. Deputado Carlos Poço apresentou o relatório da Sra. Deputada Rosário Águas (ausente), bem como as propostas dele constantes. Não havendo intervenções, o relatório foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No ponto 8 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação do ofício do Grupo de Trabalho - Sector Têxtil e Vestuário**, o Sr. Presidente deu conta do teor do Ofício, tendo sido deliberado, por unanimidade, autorizar que as referidas audições ocorram em sede do Grupo de Trabalho.

No ponto 9 da Ordem do Dia, relativo aos **Outros Assuntos**, o Sr. Presidente deu conta dos próximos agendamentos da CAEIDR e da deliberação relativamente à Apreciação 105/X/4^a. Foi, ainda, analisado o Expediente.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da CAEIDR encerrou a reunião às 19h15, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. A audição foi gravada, fazendo a gravação parte integrante desta acta.

Palácio de São Bento, 17 de Março de 2009.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Rui Vieira

Nota: Acta aprovada na reunião de 9 de Junho de 2009.

Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- Agostinho Lopes
- António Almeida Henriques
- Carlos Poço
- David Martins
- Duarte Lima
- Francisco Madeira Lopes
- Helder Amaral
- Hortense Martins
- Hugo Velosa
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Maria Idalina Trindade
- Mendes Bota
- Miguel Ginestal
- Rita Miguel
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Bernardino Soares
- Carlos Lopes
- Fernando Cabral
- Horácio Antunes
- Jorge Almeida

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

- Pedro Nuno Santos
- Rosário Águas

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

- Alda Macedo